

PATRIMÔNIO LÍQUIDO: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE ARTIGOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS CONTÁBEIS BRASILEIROS.

João Pedro Cabral Farache
Antonio Giuvan de Andrade Rocha Junior
Osmar Junior Pereira dos Santos
Carlos Adriano Santos Gomes Gordiano

RESUMO

Para além da definição normativa de patrimônio líquido (PL) como um conceito residual, existe um caráter de financiamento, advindo de sócios, acionistas e investidores, que aplicam o seu capital como expectativa de rentabilidade futura, bem como uma importante questão relacionada à manutenção de capital, que indicam ser esse grupo patrimonial, mais complexo do que sua definição parece indicar. Assim, tais discussões têm se revelado em estudos que centram seus esforços no debate sobre o PL, destarte, essa pesquisa objetiva analisar as características da produção acadêmica de contabilidade relativa à temática do patrimônio líquido, publicada em periódicos de contabilidade brasileiros listados pela Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT). A metodologia baseou-se numa pesquisa documental, com enfoque bibliométrico nas leis de Lotka e Bradford, junto a 187 artigos publicados entre os anos de 1999 e 2020. Os resultados apontam inexistência concentração de autorias nos 187 artigos pesquisados distribuídos entre 415 autores, diferente do que fora verificado nos veículos de comunicação (periódicos) em que 7 dos 24 analisados, concentraram mais da metade dos artigos. Observa-se um aumento das publicações no período 2010-2020 em comparação com 1999-2009, bem como um crescimento na participação feminina nas autorias, sobretudo a partir de 2016. A análise das referências indicou predominância de autores nacionais (53,64%), com maior concentração ao se considerar apenas os mais referenciados (70%) e destaque para os professores Sérgio de Iudícibus e Eliseu Martins como aqueles mais referenciados.

Palavras-chave: Bibliometria; Patrimônio Líquido; Produção Científica em Contabilidade.

1 INTRODUÇÃO

A palavra patrimônio tem sua origem na língua latina *patrimonium*, relacionada aos bens, posses e haveres e cujo antecedente é o termo *pater* referente a “pai” uma referência à passagem da riqueza dos pais para seus herdeiros, assim, o termo patrimônio está associado à paternidade de uma entidade (NYAMA e SILVA, 2011). Para Iudícibus (2009) estaticamente, o patrimônio líquido (PL) pode ser simplesmente definido como a diferença, em certo momento, entre o valor do ativo e do passivo. Conceituação semelhante é apresentada pelo CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro que afirma ser o PL a “participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos” (CPC, 2019).

Para Iudícibus (2009) tais definições não refletem tratamento adequado ao patrimônio líquido uma vez que sua constituição contém elementos que caracterizam interesses residuais em caso de liquidação, interesses em participação de distribuição de dividendos, direitos de participação no PL da entidade na continuidade, dentre outros. A despeito disso, o CPC 00 (R2) pondera que, ao citá-lo como uma participação residual, expõe o seu caráter de financiamento, no qual é feito pelos sócios, acionistas e investidores da empresa, que aplicam o seu capital com o objetivo de lucro, que é pago, por exemplo, através da política de dividendos ou a repartição dos lucros entre os sócios.

Neste contexto, segundo Gonzales e Santos (2018), a contabilidade deve se apresentar de acordo com as necessidades de seus usuários, por isso, destaca-se o patrimônio líquido, que se caracteriza não somente como as transações relacionadas a sócios e acionistas, mas também por apresentar os resultados da empresa.

Dado ao contexto do PL no controle patrimonial, pesquisadores do ambiente acadêmico vêm estudando os fenômenos a ele relacionados, disseminando os conhecimentos por meio de publicações científicas. Desta forma, fica clara a relevância do desenvolvimento da produção científica acerca do patrimônio líquido e o necessário acompanhamento da evolução dessas publicações, extraindo delas características comuns e conflitantes, bem como os padrões de produtividades que auxiliem na compreensão do amadurecimento destas investigações e apontem lacunas e pontos de saturação.

Nessa seara, esse estudo procura responder à seguinte questão: Quais as principais características das publicações que abordam a temática do patrimônio líquido, publicadas nos periódicos brasileiros de contabilidade? e tem o objetivo geral de analisar as características da produção acadêmica de contabilidade relativa à temática do patrimônio líquido, publicada em periódicos de contabilidade brasileiros. E de modo específico procura identificar o perfil e padrão de produtividade dos autores que publicaram na temática de patrimônio líquido; identificar a distribuição da produção por periódicos; analisar o perfil do referencial utilizado nos estudos; e categorizar os assuntos abordados nas publicações.

Esta pesquisa seguirá um modelo bibliométrico para o alcance de seus resultados, que, segundo Rosa et al. (2010) é de grande valia para o entendimento da pesquisa em determinado campo, pois avalia e estuda a produção e comunicação científica. Assim, a amostra é composta por 187 artigos científicos que continham em seus títulos, resumos e/ou palavras-chaves, expressões que remetiam ao Patrimônio Líquido, publicados em 24 periódicos de contabilidade listados na biblioteca eletrônica *Scientific Periodicals Electronic Library SPELL®*. Por sua vez, a definição dos periódicos contábeis, seguiu a listagem apresentada pela Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis. (ANPCONT) que registra 35 periódicos, 24 deles presentes na base do SPELL®.

A relevância desse estudo se dá por ser um instrumento de identificação do que há de mais recente na temática do patrimônio líquido, para a sociedade, como também trazer um entendimento de gestão para a academia sobre o desenvolvimento e evolução da pesquisa científica brasileira relativas ao tema, demonstrando as suas características, assim como seus principais autores e instituições que contribuem para o seu desenvolvimento e divulgação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Patrimônio Líquido: Aspectos Gerais

Hendriksen e Van Breda (1999) definem patrimônio líquido sendo “o resultado da diferença entre ativo e passivo”, portanto, percebe-se que é uma conceituação residual que segundo Nyama e Silva (2011) surgiu na literatura norte-americana e foi reforçada pelo documento *FASB Statement of Concept* nº 6 referente a elementos da contabilidade financeira e que definiu PL de tal maneira.

Em uma formulação mais simples, o PL seria a diferença entre recursos e obrigações. Dessa forma, fica exposto o caráter da informação revelada por essa classificação de contas do balanço patrimonial, que é a riqueza da própria empresa, aquilo que realmente pertence aos seus acionistas. Conforme o CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro (CPC, 2019), a relevância desta informação está no reconhecimento dos direitos sobre o

Patrimônio Líquido, possuindo na sua estrutura, esta separação de acordo com as suas diferentes características, através de componentes sujeitos a dispositivos legais, estatutários e outros.

Segundo Almeida (2014) o PL representa os recursos dos sócios que estão investidos no negócio na forma de bens e direitos e que esses recursos são capital de risco, não são exigíveis a curto ou longo prazo e são remunerados aos sócios por meio do pagamento de dividendos. Tostes (2009) afirma que o PL são os direitos pertencentes aos acionistas.

Para Nyama e Silva (2011) a discussão sobre PL passa pelo debate da manutenção de capital, nesse sentido, existem dois conceitos que podem ser adotados por uma entidade: o capital físico e o capital financeiro, o primeiro vinculado à capacidade produtiva e o segundo aos recursos monetários investidos na organização, assim, observa-se que por um conceito a empresa só terá lucro se a sua capacidade física produtiva no final do período for maior que a capacidade do início. Por sua vez, na outra abordagem, a entidade só lucrará se o montante financeiro de ativos líquidos no final do período for maior que o do início. Em ambos os casos, depois de excluídos as distribuições e aporte de capital.

Martins (2004), Tostes (2009) e Nyama e Silva (2011) apresentam algumas teorias que influenciam os procedimentos contábeis relativos ao PL, bem como a apresentação das demonstrações financeiras (isso ocorre pelo fato de que cada teoria interpreta a posição econômica de uma entidade de modo diferente, com efeitos na sua evidenciação). Desse modo, o quadro 01, apresenta e conceitua brevemente tal grupo de teorias.

Quadro 01 – Teorias do Patrimônio Líquido

TEORIA	EMBASAMENTO	DESCRIÇÃO
Teoria do proprietário	Direitos de propriedade	Foca a atenção na figura do proprietário, sendo este o referencial dos conceitos e procedimentos contábeis utilizados. Sua percepção é a de que a entidade existe para satisfazer aos objetivos e necessidades do dono, por isso, a principal finalidade da contabilidade deve ser a determinação da riqueza do dono.
Teoria da Entidade	Direitos de propriedade	A figura do sócio não se confunde com a empresa, assim a companhia tem existência própria, não vinculada aos seu dirigente e fundadores e os proprietário e credores são apenas fontes de recursos para entidade, isto é, o PL deixa de ser considerado o centro da contabilidade, para ser mais uma fonte de recursos para o ativo.
Teoria do acionista ordinário	Variante da Teoria da Entidade	Todos os investidores de uma sociedade por ação são considerados outsiders (pessoas com acesso somente a informação pública), exceto os acionistas ordinários e os dividendos pagos a acionistas preferenciais seriam equivalentes a despesas, por isso, os direitos dos acionistas ordinários devem aparecer no Balanço Patrimonial separadamente dos direitos dos acionistas preferenciais e de outros titulares de direito
Teoria do Fundo	Preservação do valor monetário do Fundo.	O fundo é o núcleo de interesses, por isso o capital investido precisa ser mantido intacto, a não ser que uma autorização específica tenha sido obtida para sua liquidação completa ou parcial. Os passivos exigíveis representam restrições contra ativos do fundo e a mensuração do lucro líquido tem um papel secundário. Busca satisfazer os interesses especiais da administração, fundações controladoras ou governamentais e atender às restrições de investimentos determinadas por esses agentes e seu foco é no uso apropriado dos ativos.
Teoria do comando	Contabilidade voltada para o gestor.	A atenção principal da Contabilidade centra-se no controle econômico efetivo dos recursos pelos comandantes de uma empresa (gestores) e as demonstrações financeiras devem ser interpretadas como um relatório de progresso, expressando os resultados das atividades destes. A função contábil assume o papel de estabelecer e divulgar o rumo da organização e para quem o aumento do fluxo de recursos deve ser dirigido.
Teoria do Empreendimento	Organização como ente social	A empresa é vista como uma instituição social que não age, exclusivamente em prol dos interesses dos seus proprietários, mas sim de um conjunto mais amplo de interessados tais como empregados, clientes, governo e público em geral. A criação demonstração do valor adicionado são consistentes com essa teoria, uma vez que ela considera que juros, dividendos e salários como sendo uma distribuição.

Fonte: Adaptado de Nyama e Silva (2011) e Tostes (2009) e Martins (2004)

As teorias apresentadas no quadro 1, revelam o processo de evolução das Ciências Contábeis, o modo como o patrimônio líquido é tratado, sob diferentes enfoques, e correlação

de forças entre elas, que resulta em influências no aspecto normativo da contabilidade. Por exemplo, de acordo com Nyama e Silva (2011) a teoria do proprietário refere-se a uma visão de contabilidade desenvolvida no momento em que a economia era composta por pequenos negócios, tornando-se inadequada como o advento de grandes corporações e é nesse contexto que surge a teoria da entidade.

Por sua vez, os recentes debates a respeito do processo de governança corporativa, fundamental na Teoria da Agência que explica os efeitos dos conflitos entre agente e principal, convocam para debate contábil teorias conflitantes, tais como a do proprietário e da entidade.

Em seus aspectos normativos, a estrutura do patrimônio líquido, definida pela Lei nº 6.404/76 e modificada pela Lei nº 11.638/07, é composta conforme evidenciado no quadro 1:

Quadro 1 - Estrutura do Patrimônio Líquido

Conta do PL	Definição
Capital Social	Recursos levantados pelos sócios e pelo montante levantado junto ao mercado de capitais
Reservas de capital	Representa valores recebidos por transações de capital com sócios transitarão
Reservas de Lucro	Parcelas dos lucros que são destinadas a reservas com um propósito específico
Ações em tesouraria	É uma conta redutora de patrimônio composta pelo montante de ações próprias que uma companhia recompra
Ajustes de avaliação patrimonial	É a subconta que compreende os ajustes necessários a partir da estipulação do valor justo dos bens de uma companhia
Lucros ou prejuízos acumulados*	Saldo devedor não absorvido a ser compensados com lucros futuros prejuízo) ou saldo credor não destinado especificamente

Fonte: Adaptado de Brasil (2007).

* No caso das sociedades por ações, a conta de Lucros Acumulados não pode constar no PL dada a obrigatoriedade de terminar sua destinação (GELBCKE et al, 2018).

Nesta configuração, é recomendado pelos órgãos que emitem os pronunciamentos contábeis que as empresas produzam informações que atendam o maior número possível de usuários (ALMEIDA, 2010). Segundo Cambria (2008), a internacionalização dos mercados e a sua expansão, tornaram os agentes econômicos mais exigentes sobre as informações contábeis. Nas subseções a seguir, são apresentados cada um dos elementos que compõem o patrimônio líquido das entidades.

2.1.1 Patrimônio Líquido: Capital Social

Como já mencionado, a diferença entre os ativos e os passivos representa o Patrimônio Líquido de uma entidade, que representa o valor contábil da empresa pertencente aos sócios ou acionistas. Diversos autores, tais como Iudícibus (2009), Tostes (2009), Almeida (2014), Gelbcke et al (2018) afirmam que, em linhas gerais, capital social é o investimento efetuado na companhia pelos acionistas e sócios. Este valor representa a parcela confiada a empresa pelos investidores que buscam benefícios futuros. Para Tostes (2009) representa os recursos que os sócios colaram na empresa e pretendem mantê-lo. Tais recursos podem ser de ordem monetária ou não, conforme se observa na lei 6.404/76 (BRASIL, 2020) quando preceitua que o Capital social poderá ser integralizado não somente com dinheiro, mas também com quaisquer bens que possam ser avaliados na moeda corrente.

Segundo Almeida (2014) o montante de recursos aos quais os acionistas assumiram o compromisso de colocar na sociedade (capital subscrito) será deduzido pela parcela não integralizada (se houver), para a formação do capital social.

A definição do valor do capital social, leva em consideração a relação entre as contas de capital subscrito e capital a integralizar. A primeira diz respeito aos recursos prometidos pelos sócios que serão entregues à companhia, portanto, entram somando ao PL, já a segunda

diz respeito parte dos recursos que ainda não foram entregues (integralizados) para a empresa, por este motivo, constitui-se em uma conta redutora da primeira.

2.1.2 Patrimônio Líquido: Reservas de Capital

De acordo com Gelbcke et al (2018) as reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela companhia e que não transitam pelo resultado do exercício como receitas, por se referirem a valores destinados ao reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer outro esforço da empresa em termos de entrega de bens ou prestação de serviços. Pode-se listar como contas de reservas de capital o ágio na emissão de ações, que segundo Tostes (2009) é resultante das diferenças a maior entre o valor nominal das ações e o valor subscrito pelos sócios; e a alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição, que de acordo com Almeida (2014) representam o valor da venda de partes beneficiárias, que são títulos negociáveis emitidos pela companhia, previstos pela lei das sociedades anônimas.

A lei 6.404/76 aborda a finalidade das reservas de capital, isto é, em que situações ela deverá ser utilizada (BRASIL, 2020), a saber: a) Absorção de prejuízos, quando ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; b) Resgate, reembolso ou compra de ações; c) Resgate de partes beneficiárias; d) Incorporação ao capital social; e e) Pagamento de dividendo a ações preferenciais.

2.1.3 Patrimônio Líquido: Reservas de Lucros

As reservas de lucro, são fontes de conservadorismo (TOSTES, 2009) e representam a parcela do lucro não distribuída pela empresa e segundo Gelbcke et al (2018) são constituídas através da apropriação de lucros da empresa e contabilmente realizados que não foram distribuídos aos sócios e acionistas como dividendos. a lei nº 6.404/1976 estabelece que elas contas de reservas constituídas para atender a várias finalidades, sendo sua constituição efetivada por disposição da lei ou por proposta dos órgãos da administração (BRASIL, 2020).

Embora as reservas de lucro sirvam para proporcionar segurança adicional à saúde econômica e financeira da empresa, pois enquanto reserva permanece na empresa, Gelbcke et al (2018) afirmam que no caso das sociedades anônimas, a princípio os lucros deveriam ser todos distribuídos (diferente do que ocorre com as demais empresas que podem manter saldos em contas de lucros acumulados), exceto aquela parte determinada por lei (reserva legal), as autorizadas por lei (reservas de contingência e de lucros a realizar), as estabelecidas pelo estatuto da companhia (reserva estatutárias) e outras aprovadas em assembleia dos acionistas (reservas para expansão, para novos empreendimentos, por exemplo). O Quadro 2, apresenta, com base na literatura, um breve resumo das principais reservas de lucro das empresas

Quadro 02 – Características das Reservas de Lucro

CATEGORIA	DESCRIÇÃO
Reserva Legal	<ul style="list-style-type: none"> • Instituída em lei para assegurar a integridade do capital ela é obrigatória e deve ser constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, mas não pode ultrapassar o equivalente a 20% do capital social, e poderá deixar de ser acrescida caso seu valor somado com a reserva de capital atinja 30% do capital social; • Sua utilização é limitada à compensação de prejuízos (após esgotadas as demais reservas) e ao aumento de capital.
Reserva de Contingências	<ul style="list-style-type: none"> • Instituída com a finalidade de proteger a empresa de um fato futuro, mensurável e que produzirá um efeito negativo sobre o lucro, normalmente, perdas cíclicas advindas de fenômenos naturais como secas e geadas; sazonalidade; expectativas de paralisação; e perdas prováveis em processos judiciais; • Sua reversão para lucros acumulados ocorre quando o fato gerador de sua constituição deixar de ocorrer

Reservas Estatutárias	<ul style="list-style-type: none"> • Instituída por determinação do estatuto da empresa; • É necessário que o estatuto defina a sua finalidade de modo preciso e completo, fixe critérios para determinar a parcela anual do lucro a ser utilizada e estabeleça seu limite máximo; • Não podem restringir o pagamento de dividendos obrigatórios.
Reserva de Lucros a Realizar	<ul style="list-style-type: none"> • Instituída com a intenção de postergar o pagamento de dividendos obrigatórios, por conta da não realização de lucros devido ao regime de competência (registro de receitas, ainda que não tenham sido realizadas financeiramente); • Sua constituição se restringe à parcela dos dividendos obrigatórios que ultrapasse o valor do lucro realizado.
Reservas de Incentivos Fiscais	<ul style="list-style-type: none"> • Instituída para preservar parcela do lucro, decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimento, evitando que seja distribuída como dividendos; • Só pode ser utilizada para absorção de prejuízos (esgotadas todas as outras reservas, exceto a legal) ou aumento de capital.
Reserva de retenção de lucros	<ul style="list-style-type: none"> • Instituída atender a projetos de investimentos e deve ser justificada com a apresentação de orçamento de capital e aprovada pela assembleia geral; • Não podem restringir o pagamento de dividendos obrigatórios.
Reserva especial de dividendos obrigatórios	<ul style="list-style-type: none"> • Instituída quando a companhia tenha dividendos obrigatórios a distribuir, mas sem condições financeiras para seu pagamento;

Fonte: Adaptado de Brasil (2020), Gelbeck et al (2018), Almeida (2014) e Tostes (2009)

Como se observa, as reservas podem ser constituídas para diversas finalidades e procuram preservar o Patrimônio Líquido e a riqueza do sócios, ainda que seu efeito imediato possa ser justamente a redução na distribuição de dividendos.

2.1.4 Patrimônio Líquido: Ações em Tesouraria

Representa uma conta do PL de natureza devedora, onde são registradas as aquisições de ações de emissão da própria companhia (ALMEIDA, 2014) este fato, no entanto, não se configura em investimento para a própria empresa (TOSTES, 2009), pois isso acarretaria numa distorção no mercado mobiliário.

Segundo Gelbcke et al (2018) não é permitido às sociedades anônimas adquirir suas próprias ações a não ser em situações específicas, tais como: quando houver operações de resgate, reembolso ou amortização de ações; aquisição para permanência em tesouraria ou cancelamento, desde que até o valor do saldo de lucros ou reservas (exceto a legal) e sem diminuir do capital social ou recebimento dessas ações por doação; e para diminuição de capital (limitado às restrições legais).

A CVM em sua instrução 567/15 ressalta que é vedada a aquisição de ações próprias quando estas forem pertencentes ao acionista controlador, realizadas por preços superiores aos de mercado, estiver em curso o período de oferta pública de aquisição de ações de sua emissão e quando requisitem utilização de recursos superiores aos disponíveis (CVM, 2015).

2.1.5 Patrimônio Líquido: Ajustes de avaliação patrimonial

A conta de ajustes de avaliação patrimonial foi introduzida na contabilidade brasileira a partir da lei nº 11.638/07, com objetivo receber contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a elementos do ativo e do passivo, em decorrência de sua avaliação a valor justo, ou seja, não tem uma natureza definida podendo em ser credora ou devedora a depender das situações da empresa em específico (GELBCKE et al, 2018).

De acordo com Almeida (2014), segundo a atualização da lei das sociedades anônimas, tais ajustes são decorrentes principalmente de reestruturações societárias (fusões e incorporações), avaliações de instrumentos financeiros e normas emitidas pela CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Na maior parte dos casos, o registro desta conta deverá ser efetuado no resultado do exercício à medida que os ativos e passivos da empresa estejam sendo realizados. Deve-se levar em consideração que esta conta não é uma conta de reserva, visto que os valores dela não transitaram pelo resultado da empresa.

2.1.6 Patrimônio Líquido: Lucros e Prejuízos Acumulados

Lucros Acumulados que possui natureza credora e Prejuízos Acumulados de natureza devedora são as duas contas que registram o resultado do confronto entre receitas e despesas de cada período, em atenção ao regime de competência. Segundo Gelbcke et al (2018) elas representam a integração entre o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Com a vigência da Lei nº 11.638/07, foi extinta a possibilidade de manutenção e apresentação de saldos a título de Lucros Acumulados no Balanço Patrimonial somente para o caso das sociedades por ações, nas demais sociedades, continua sendo permitido a presença das contas de Lucros Acumulados em seus balanços, no grupo do PL.

A proibição de manutenção de saldos patrimoniais de Lucros Acumulados foi determinada como um mecanismo de pressão para a tempestiva destinação de lucros, contudo, tal medida não significa que a referida conta deverá ser eliminada dos planos de contas dessas entidades, ela pode seguir como conta transitória, recebendo resultados advindos das DRE, desde que, ao final do período seus saldos sejam transferidos para outras contas tais como aquelas do grupo de reservas de lucros, dividendos a pagar, o mesmo o reinvestimento da empresa, por exemplo.

De acordo com Gelbcke et al (2018) a interligação entre Balanço Patrimonial (BP) e Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), continua sendo utilizada pelas companhias para receber o resultado do período, se positivo, e destiná-lo de acordo com as políticas da empresa, servindo de contrapartida para as constituições e reversões de reservas de lucros, assim como para a distribuição de dividendos. Mas, no BP, só poderá aparecer quando tiver saldo negativo, e será denominada de Prejuízos Acumulados. Nas demais sociedades, poderá aparecer também com saldo positivo e terá seu nome completo de Lucros ou Prejuízos Acumulados ou simplesmente Lucros Acumulados. Ressalte-se que a presença de saldo na conta de Prejuízos Acumulados no PL, pressupõe que lucros acumulados (em outras empresas que não as S/As), reservas de lucros e até reservas de capital tenham sido utilizadas para absorver prejuízos de modo não suficiente para anular os efeitos dos resultados negativos.

Dada a importância do Patrimônio Líquido, este estudo se propõe a analisar características de publicações brasileiras relativas ao tema a partir de uma abordagem bibliométrica. Desse modo, as seções seguintes apresentam uma breve discussão teórico/metodológica sobre bibliometria e um resumo de estudos anteriores em contabilidade que adotam esse método.

2.2 Bibliometria

De acordo com Balancieri (2004), a produção científica se empreende no envolvimento de metas comuns, nas quais vão evoluindo a partir do produto de uma responsabilidade e crédito compartilhados pelos colaboradores, destacando-se, nesta seara, a bibliometria como estudo quantitativos da produção como evidência da disseminação e do uso da informação registrada.

Iniciada por Pritchard (1969), a bibliometria é uma ferramenta que pode prever os caminhos que a evolução de um tema está tomando, formando redes de pesquisa, na qual os pesquisadores se conectam através do sistema de coautoria, ratificando essa colaboração e definindo a bibliometria como a quantificação dos processos de comunicação escrita.

Para Cardoso et al (2005) avaliar a ciência já é algo perpetuado na academia, mostrando que para possibilitar a avaliação e a reflexão dos trabalhos de uma área em questão é necessário mapeá-los por meio de revisões sistemáticas, possuindo no seu crescimento a capacidade de dar direcionamento no desenvolvimento e utilização de recursos nas instituições educacionais e governamentais para pesquisa, permitindo detectar indicadores, tendências e vieses de cada área. Nessa direção, Pao (1989) expõe alguns indicadores a serem abordados na análise bibliométrica da produção, a saber: as publicações, autores, palavras chave, usuários, citações e periódicos. Por sua vez, Araújo (2006) define que a análise de citações, também objeto de interesse da bibliometria, identifica e discriciona os padrões na produção do conhecimento e possibilita revelar informações tais como: autores mais citados; autores mais produtivos; elite de pesquisa; frente de pesquisa; fator de impacto dos autores; procedência geográfica e/ou institucional dos autores mais influentes em um determinado campo de pesquisa; tipo de documento mais utilizado; idade média da literatura utilizada; obsolescência da literatura; procedência geográfica e/ou institucional da bibliografia utilizada; periódicos mais citados, “core” de periódicos que compõem um campo

É nesse contexto que a Bibliometria atua e para tal, segue determinadas diretrizes que consolidam metodologicamente seu fazer. Assim, Vanti (2002) aponta as leis de distribuição bibliométrica mais conhecidas criadas pelos teóricos e pesquisadores: A Lei de Lotka, ou Lei do Quadrado Inverso, que se refere a produtividade dos autores, utilizando um modelo de distribuição tamanho-frequência; a Lei de Zipf, também conhecida como Lei do Mínimo Esforço, mede a frequência em que as palavras aparecem em determinados assuntos e disciplinas; e a Lei de Bradford, ou Lei de Dispersão, que mede a produtividade das revistas, possibilitando a identificação de um núcleo produtivo e a dispersão de um determinado assunto. Alvarado (2009) acrescenta ainda a Lei do Elitismo de Price (1963) que afirma que o número de membros da elite corresponde à raiz quadrada do número total de autores, e a metade do total da produção é o critério para se saber se essa elite é produtiva. Neste estudo, recorre-se aos preceitos das Leis de Lotka, Bradford e do Elitismo de Prince, como suporte metodológico para o alcance dos objetivos.

2.2.1 Estudos Bibliométricos Anteriores em Contabilidade

Estudos realizados por Clarivate Analytics (2017) revelaram que o Brasil ocupa a 13ª posição no ranking de produção científica mundial, com um total de 250 mil artigos na base de dados *Web of Science*, e aumentou em 15% o impacto da ciência brasileira considerando o nível de citações como indicador dessa representatividade, no período de 2010 a 2016.

Assim como ocorre em outras áreas, as publicações científicas no campo contábil, também tem sido objeto de estudo bibliométricos de modo a compreender os padrões de produtividade e outras características destas investigações. Uma busca no portal do SPELL, em 04 de julho de 2020, utilizando-se os termos “bibliometria”, “bibliométrico” e “bibliométrica” revelou a existência de 131 artigos de estudos na área de conhecimento contábil, com enfoques variados e concentração tanto em temas quanto em veículos de disseminação. Nessa direção, De Luca et al. (2011) afirma que a literatura contábil com enfoque bibliométrico tem se desenvolvido de forma crescente no Brasil, com relevância notável sobre a forma de artigos científicos, explicado, em parte, pelo crescimento da estrutura de desenvolvimento da pesquisa e na disseminação da pós-graduação *stricto sensu*, eventos e revistas científicas.

Cardoso et al (2005), procuraram entender o estágio em que se encontra a produção científica sobre contabilidade na literatura brasileira, concluindo que a produção nacional é menor que a internacional, e a outras áreas da administração, como finanças, além de verificar

concentração de estudos acadêmicos em poucos autores, e quantidade considerável de autores não vinculados a programas de pós-graduação em contabilidade. Rosa et al. (2010) verificou os autores e instituições mais relevantes nas pesquisas sobre *earnings management* no Brasil, analisando 39 artigos entre 2004 e 2009, concluindo que este campo de pesquisa não está consolidado e caracteriza-se pela baixa densidade de redes de cooperação entre autores e instituições, com poucos laços fortes. De Luca et al. (2011) analisou a participação feminina na produção científica em contabilidade publicada nos anais ENANPAD, Congressos USP de Controladoria e Contabilidade e Congresso da ANPCONT, com uma amostra de 1.294 artigos, concluindo que a participação feminina ainda é pequena em relação à masculina, porém crescente.

Costa, Alves e Soares (2016), traçaram uma análise bibliométrica do perfil das pesquisas internacionais sobre auditoria, com o objetivo de identificar os autores, periódicos, artigos, países e instituições mais relevantes em auditoria, com os dados retirados da base *Scopus*, entre 2002 e 2015 e identificaram um autor norte americano como o mais produtivo e um periódico australiano como o que mais disseminou pesquisas da área. Por sua vez, Tomachevski e Lepchak (2019), realizaram uma análise em artigos nacionais e internacionais sobre contabilidade gerencial e identificaram declínio da produção internacional e evolução da nacional, possuindo nos dois cenários destaque para os temas de avaliação de desempenho e estratégia, enquanto outros têm destaque apenas internacionalmente, como: incentivos, gestão de riscos, Teoria da Agência e cadeia de suprimentos.

Araújo et al. (2019), realizou um levantamento dos estudos científicos nacionais em contabilidade, com o objetivo de classificar e evidenciar as características e as tendências de pesquisas sobre os principais macrotemas contábeis, encontrando maiores volume de publicações nos campos financeiro (20,15%), gerencial (15,78%), ensino (10,33%), ambiental (9,70%), pesquisa (8,69%) e pública (7,81%). Por sua vez, Santos e Siqueira (2020), analisaram a literatura nacional e internacional acerca do capital de giro entre 2001 e 2016, encontrando uma diferença entre os estudos internacionais e nacionais quanto a amplitude dos dados empíricos, como também que as principais abordagens metodológicas: ensaio teórico e tratamentos econométricos.

Diante do levantamento da literatura contábil com enfoque bibliométrico, este estudo se diferencia dos demais, por apresentar um enfoque direcionado especificamente ao grupo contábil do Patrimônio Líquido.

3 METODOLOGIA

A pesquisa em questão, possui em seu aspecto metodológico caráter descritivo e essência quali-quantitativa, recorrendo-se a procedimento documental, com o enfoque bibliométrico. Para avaliar a produção científica brasileira de contabilidade acerca do Patrimônio Líquido, delimitou-se a utilização de informações obtidas em artigos publicados em periódicos de contabilidade listados pela Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT), pela sua relevância no cenário nacional, com uma abordagem a partir das Leis de Lotka e Bradford (ARAÚJO, 2006; COSTA; ALVES; SOARES, 2016; ROSA et al., 2010; DE LUCA et al., 2011).

Desta forma, a trajetória metodológica desta pesquisa teve início com a seleção dos parâmetros de pesquisa para a determinação da amostra que seria utilizada. A pesquisa transcorreu através do diretório SPELL, por representar a fonte de coleta mais completa, em termos representativos, de abrangência de 24 dos 35 periódicos de contabilidade listados pela ANPCONT. A busca dos artigos foi feita utilizando-se as expressões presentes nos títulos,

resumos e/ou palavras-chave das publicações, notadamente o termo “patrimônio líquido”, obtendo-se como resultado da busca, 294 documentos, que após análise inicial de pertinência, revelou um total de 187 artigos relacionados ao tema de interesse desse estudo (levantamento realizado no dia 29 de maio de 2020).

Os dados contidos nos artigos selecionados foram compilados em planilha eletrônica, conforme a necessidade de cumprir o objetivo de pesquisa, e criar um banco de dados contendo as seguintes informações: ano de publicação; periódico no qual foi publicado; avaliação Webqualis (CAPES) atual do periódico de acordo com conceitos divulgados no site da ANPCONT; o assunto abordado; a instituição na qual o periódico é vinculado; os autores; as instituições nas quais os autores estão vinculados - nos casos em que tal vínculo não tenha sido evidenciado pelo periódico, recorreu-se a pesquisas junto ao currículo *lattes*, em conformidade com os estudos de Rosa et al.(2010).

Os dados arrolados relativos a frequência das publicações por ano, gênero, periódico e instituição de vínculo dos autores; autores utilizados como referências e suas origens nacional ou internacional; média de autores por artigo, dentre outros, auxiliaram no alcance do objetivo geral do estudo uma vez que contribuíram para a análise das características da produção acadêmica de contabilidade relativa à temática do patrimônio líquido, publicada em periódicos de contabilidade brasileiros.

Por sua vez, para atender ao primeiro objetivo específico, foram listados todos os autores responsáveis pelos 187 artigos, possibilitando identificar aqueles que mais publicaram sobre temática de patrimônio líquido. Por sua vez, para alcançar o segundo objetivo específico, coletou-se a informação dos periódicos de publicação (possibilitando identificar os principais veículos de disseminação de estudos relativos a PL), bem como as categorias temáticas estudadas (permitindo identificar os assuntos mais abordados). Por fim, para atender ao último objetivo específico de análise da dispersão da produção e publicação sobre PL, identificou-se as instituições de ensino vinculadas aos autores, bem como as regiões onde estão inseridas.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

A amostra composta por 187 artigos distribuídos num espaço temporal de 22 anos, desde os primeiros registros em 1999 até os últimos em 29 de maio de 2020, quando foi encerrado o processo de coleta, estão apresentadas na Tabela 1, a seguir

Tabela 1 – Distribuição da publicação de artigos por ano

ANO	QTD Artigos	f	ANO	QTD Artigos	f
1999	05	2,7%	2010	11	5,9%
2000	00	0,0%	2011	05	2,7%
2001	03	1,6%	2012	16	8,6%
2002	01	0,5%	2013	16	8,6%
2003	01	0,5%	2014	16	8,6%
2004	05	2,7%	2015	19	10,2%
2005	05	2,7%	2016	12	6,4%
2006	06	3,2%	2017	18	9,6%
2007	07	3,7%	2018	16	8,6%
2008	04	2,1%	2019	11	5,9%
2009	06	3,2%	2020*	04*	2,1%*

* coleta finalizada em 29/05/2020

Fonte: Dados da pesquisa (2020)

Os dados revelam que não há uma uniformidade na distribuição dos artigos por ano, entretanto percebe-se um maior volume a partir de 2010, com pico de produções entre os anos de 2012 e 2018 (60,4% do total). Segregando-se o período de maior e menor produção (1999-2009 e 2010-2020, respectivamente), pode-se observar que a média de publicações por ano

saltou de 3,91, com desvio-padrão de 2,057, para 13,09, com um desvio padrão de 5,01, com possibilidade de ampliação desses últimos números, uma vez que a coleta foi interrompida ao final de maio de 2020. Esses resultados são consistentes com o estudo de Costa, Alves e Soares (2017) que também perceberam uma maior quantidade de publicações sobre auditoria na década de 2010 em comparação com a anterior.

A Tabela 2, a seguir, apresenta a distribuição dos autores e autorias totais e por gênero.

Tabela 2 – Distribuição de Autores e Autorias por gênero

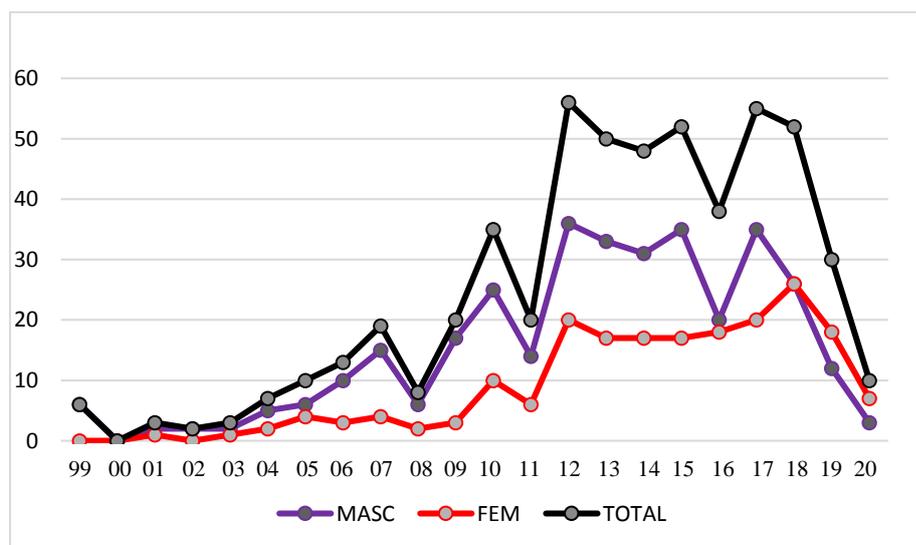
CATEGORIAS	MASCULINO		FEMININO		TOTAL	
	QTD	%	QTD	%	QTD	%
Autores	261	62,89	154	37,11	415	100%
Autorias	341	63,50	196	36,50	537	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

Inicialmente cabe efetuar a distinção entre “autores” que diz respeito aos 415 pesquisadores (as) responsáveis pelos 187 artigos da amostra. Por sua vez “autorias” considera as repetições de autores, totalizando 537 com média de 1,29 autorias por pesquisadores (adiante esses dados sobre autoria serão detalhados). Por sua vez, quanto à quantidade de autores, os artigos estão distribuídos da seguinte forma: 16 possuem 01 autor (MÍNIMO); 54 com 02 autores; 64 com 03 autores (MODA); 45 com 04 autores; 07 com 05 autores; e 01 com 06 autores (MÁXIMO). Revelou-se uma média de 2,87 autores por artigo. Tal distribuição é divergente dos resultados encontrado por Tomachevski e Lepchak (2018) que perceberam forte concentração de artigo produzidos individualmente, em seu estudo.

A Tabela 1 também evidencia a distribuição da produção científica por gênero, apontando um desequilíbrio significativo entre pesquisadores e pesquisadoras nas duas variáveis observadas, com uma quantidade maior de autores homens na ordem de 25,78 pontos percentuais (107 participações) a mais que as mulheres. Apesar de tais diferenças, ao se observar a evolução dos números nos 22 anos de recorte temporal do estudo, percebe-se uma mudança nessa tendência, conforme é possível observar na Figura 01, a seguir:

Figura 01 – Evolução das autorias: geral e por gênero.



Fonte: Dados da pesquisa (2020).

As linhas do gráfico apontam que há certa uniformidade na variação de autorias masculinas e femininas até 2015, isto é, nos períodos onde cresciam as autorias masculinas,

também crescia as femininas (embora em quantidade menor). Contudo, em 2016 a autoria feminina cresceu e a masculina caiu de tal maneira que elas praticamente se igualam e a partir de 2018 as autorias femininas superam as masculinas. Tais alterações na trajetória de produção por gênero também foram observadas por De Lucca et al (2011).

A pesquisa procurou identificar também os autores mais prolíficos da temática relativa ao PL, conforme evidencia a Tabela 3, a seguir.

Tabela 3- Autores mais prolíficos

AUTORES (AS)	QDE ARTIGOS*	(F) ACUMUL	% DO TOTAL	INSTITUIÇÃO DE FILIAÇÃO
Roberto Carlos Klann	10	10	1,86%	Universidade Regional de Blumenau
Marcelo Alvaro da Silva Macedo	6	16	1,12%	Universidade Federal do Rio de Janeiro
Márcio André Veras Machado	6	22	1,12%	Universidade Federal da Paraíba
Eliseu Martins	4	26	0,74%	Universidade de São Paulo
Francisval de Melo Carvalho	4	30	0,74%	Universidade Federal de Lavras
Ilse Maria Beuren	4	34	0,74%	Universidade Federal de Santa Catarina
Jacqueline Veneroso A. da Cunha	4	38	0,74%	Universidade Federal de Minas Gerais
Lara Fabiana Dallabona	4	42	0,74%	Universidade Regional de Blumenau
Márcia Martins Mendes De Luca	4	46	0,74%	Universidade Federal do Ceará
Márcia Reis Machado	4	50	0,74%	Universidade Federal da Paraíba
Vinícius Gomes Martins	4	54	0,74%	Universidade Federal de Pernambuco

* Alguns dos 187 artigos são de autoria simultânea de dois ou mais pesquisadores desta lista

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A Tabela 3, revela que não há concentração de autores na produção sobre PL, embora alguns pesquisadores se destaquem, pelo volume de publicações, tais como Roberto Carlos Klan presente na autoria de 10 dos 187 artigos (5,35%). Ademais, observou-se que dois autores publicaram 6 artigos (cada um); oito autores, 4 artigos (cada um); treze autores, 3 artigos (cada um); cinquenta e três autores, 2 artigos (cada um); e 338 autores publicaram apenas um artigo. Portanto, a concentração elevada de autores preceituada na Lei de Lotka que determina que uma larga proporção da literatura científica é produzida por um pequeno número de autores, e um grande número de pequenos produtores se iguala, em produção, ao reduzido número de grandes produtores (CARDOSO ET AL 2005; ROSA ET AL 2010; TOMACHEVSKI e LEPCHAK, 2018) não foi observada na produção brasileira de pesquisas sobre Patrimônio Líquido evidenciadas em periódicos de contabilidade, uma vez que os 11 autores que mais produziram representam 2,65% do total de autores e mesmo num cenário que considere autores com mais de uma publicação *versus* autores com apenas uma publicação, a distribuição percentual seria de 18,55% para o primeiro grupo e 81,45% para o segundo, respectivamente. Esses resultados apontam também para a inexistência de uma elite de autores, conforme aponta a Lei do Elitismo de Prince, uma vez que, a se considerar esses 11 autores mais prolíficos da tabela como a elite intelectual sobre o tema do Patrimônio Líquido eles não alcançariam a raiz quadrada do número total de autores (que seria 20,37) e a sua produção de (41 dos 187 artigos da amostra) não representaria a metade do total de produção (que seria 94 artigos) necessária para representar elite produtiva.

. Ao seu tempo, observa um equilíbrio de gênero em tal listagem, com a presença de 06 pesquisadores e 05 pesquisadoras. Também se observa uma dispersão entre as instituições de filiação (10 universidades, sendo 4 do Sudeste e 3 do Nordeste e Sul).

Esses resultados são diferentes daqueles encontrados por Cardoso et al (2005), que encontraram nível elevado concentração da produção, na análise que fizeram sobre a pesquisa

científica em contabilidade entre os anos de 1990 e 2003 aos moldes da lei de Lotka e do Elitismo de Prince, todavia são consistentes com a pesquisa de Tomachevski e Lepchak (2018), que também não perceberam concentração de autores no campo da contabilidade gerencial.

Os dados coletados nos artigos, revelaram que as 537 autorias dos 187 artigos foram originadas de 83 instituições. A Tabela 4, a seguir, apresenta a distribuição.

Tabela 4- Instituições mais prolíficas

n	INSTITUIÇÃO	QTDE	f %	n	INSTITUIÇÃO	QTDE	f %
1	Univ. de São Paulo	80	14,90%	15	Univ. Católica de Brasília	9	1,68%
2	Univ. Regional de Blumenau	44	8,19%	16	Univ. Federal de Pernambuco	8	1,49%
3	Univ. Federal de Minas Gerais	32	5,96%	17	Univ.. Comunit da Reg. Chapecó	7	1,30%
4	Univ. Federal do Ceará	31	5,77%	18	FUCAPE Bussines School	6	1,12%
5	Univ. Federal do Rio de Janeiro	31	5,77%	19	Univ. do Est.de Santa Catarina	6	1,12%
6	Univ. Federal de Santa Catarina	27	5,03%	20	Univ. Estadual do Centro Oeste	6	1,12%
7	Univ. Federal de Uberlândia	27	5,03%	21	Univ. Federal de Santa Maria	6	1,12%
8	Univ. Federal da Paraíba	18	3,35%	22	Univ. Federal do Paraná	6	1,12%
9	Univ. do Vale do Rio dos Sinos	16	2,98%	23	Outras Inst. com 5 autorias	20	3,72%
10	Univ. de Brasília	15	2,79%	24	Outras Inst. com 4 autorias	16	2,98%
11	Univ. Estadual de Maringá	15	2,79%	25	Outras Inst. com 3 autorias	9	1,68%
12	Univ. Federal de Lavras	15	2,79%	26	Outras Inst. com 2 autorias	20	3,72%
13	Univ. Federal do Espírito Santo	15	2,79%	27	Outras Inst. com 1 autorias	40	7,45%
14	Univ. Fed. do Rio Grande do Sul	12	2,23%		TOTAL	537	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

É possível observar que 22 instituições (26,5%) são responsáveis por 80,45% das autorias e as demais 61 (73,5%) por 19,55%. Nota-se também que 7 universidades (USP, FURB, UFMG, UFC, UFRJ, UFSC e UFU) respondem por mais da metade das autorias (50,7%) corroborando com a percepção de que existe forte concentração na distribuição de autorias em artigos sobre PL publicado em periódicos contábeis brasileiros.

A concentração das autorias nas instituições citadas na tabela, provavelmente possui relação com a existência de programas de pós-graduação *stricto sensu*, como é o caso das 7 universidades destacadas que ofertam mestrados e/ou doutorado na área contábil ou de controladoria, bem como em 17 das 22 destacadas na tabela. Tal percepção se baseia nos padrões de produtividade exigidos em processo de avaliação desses cursos, com forte atenção em indicadores de produção científica e publicação em periódicos.

De modo complementar e ilustrativo, também foi constatado que no Brasil, há uma concentração da autoria da produção científica, por regiões: Sudeste (47,7%), Sul (29,8%), Nordeste (13,0%), Centro-Oeste (7,4%) e Norte (0,4%). Foram observados ainda, 09 autorias de instituições estrangeiras (1,7%) dos Estados Unidos, Espanha, Portugal e Argentina.

Para testar a aderência das pesquisas sobre Patrimônio Líquido à Lei de Bradford, que aponta elevada concentração de artigos em poucos periódicos e uma grande quantidade de periódicos que publicam poucos artigos (CARDOSO ET AL 2005; ROSA ET AL 2010; COSTA, ALVES E SOARES, 2017), a Tabela 05, apresenta a distribuição das publicações pelos 24 periódicos de contabilidade listados pela ANPCONT e presentes no SPELL.

Tabela 5- Publicações dos periódicos listados na ANPCONT

	PERIÓDICO	QTD ARTIGOS	F ACUMUL.	f (%) ACUMUL.	WEB QUALIS
1	Revista Universo contábil	19	19	-	A2
2	Contabilidade Vista & Revista	16	35	18,72%	A2
3	Revista Contabilidade & Finanças	15	50	26,74%	A2
4	Contabilidade, Gestão e Governança	14	64	34,22%	B1

5	RCCC - Revista Catarinense da Ciência Contábil	10	74	39,57%	B2
6	Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	10	84	44,92%	B3
7	Contexto	10	94	50,27%	B4
8	BBR - Brazilian Business Review	9	103	55,08%	A2
9	Revista de Cont. do Mest. em C. Contábeis da UERJ	9	112	59,89%	B2
10	Enfoque Reflexão Contábil	8	120	64,17%	B1
11	Pensar contábil	8	128	68,45%	B2
12	Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	8	136	72,73%	B2
13	RCO - Revista de Contabilidade e Organizações	7	143	76,47%	A2
14	RACE: Revista de Adm.o, Contabilidade e Economia	7	150	80,21%	B3
15	Revista contemporânea de contabilidade	6	156	83,42%	A2
16	BASE - Revista de Adm.e Contab. da UNISINOS	6	162	86,63%	B1
17	Advances in Scientific and Applied Accounting	5	167	89,30%	A2
18	Revista de Adm., Contab. e Economia da FUNDACE	5	172	91,98%	B3
19	Reunir: Revista de Adm., Contab.e Sustentabilidade	4	176	94,12%	B2
20	Sociedade, contabilidade e gestão	3	179	95,72%	B2
21	Revista Evidenciação Contábil & Finanças	3	182	97,33%	B3
22	Revista Mineira de Contabilidade	3	185	98,93%	B3
23	RBGN - Revista Brasileira de Gestão de Negócio	1	186	99,47%	A2
24	Sinergia	1	187	100,0%	B4

Fonte: Dados da pesquisa (2020).

A tabela 5 indica certa concentração da produção sobre Patrimônio Líquido no conjunto de periódicos estudados, uma vez que 7 dos 24 (29,2% do total) publicaram mais da metade do total de artigos (94 ou 50,27%), com destaque para Revista Universo contábil, que com 19 artigos publicados, representando 10,16% do total. Foi possível também constatar que em relação a divulgação dos artigos que há uma concentração em veículos das regiões Sudeste (41,31%) e Sul (35,8%), percentuais que são coerentes com a distribuição dos 24 periódicos por região a saber: Sudeste (45,8%); Sul (33,3%); Nordeste (12,5%); e Centro-Oeste (8,3%). Não há revistas sediada na Região Norte, nesse grupo. Ressalte-se, que tal comparativo é apenas ilustrativo, uma vez que existe variação no volume de artigos publicados nos diversos periódicos, seja por seu tempo de fundação ou pela quantidade variada de edições por ano.

Curiosamente, os três periódicos que mais publicaram artigos sobre Patrimônio Líquido estão no estrato de classificação que possui conceito mais elevado entre os periódicos analisados, na avaliação Qualis Periódicos da CAPES (conceito A2). A distribuição por estratos do Qualis Periódicos apontou que 78 artigos (41,7%) foram publicados em revistas A2; 28 (15%) em B1; 42 (22,5%) em B2; 28 (15%) em B3; e 11 (5,8%) em B4. Não foram identificadas publicações em periódicos B5 ou C.

O estudo analisou também as referências adotadas pelos 187 artigos analisados, resultando num total de 6.486 materiais, com média de 34,7 por artigo. Há predominância de bibliografia nacional (53,64%) ante 46,36 de literatura internacional. Foi possível identificar também as principais referências utilizadas, conforme evidencia a Tabela 03.

Tabela 3- Autores mais referenciados

	AUTORES	QDE REF.		AUTORES	QDE REF.
1	IUDÍCIBUS, S	95	11	SANTOS, A	42
2	CPC	87	12	MACEDO, M. A	41

3	MARTINS, E	87	13	JENSEN, M. C	33
4	LOPES, A. B	80	14	SANTOS, E. S	32
5	HENDRIKSEN e VAN BREDA	78	15	MACHADO, M. A.V	32
6	ASSAF NETO	66	16	BEAVER, W. H	31
7	BRASIL (lei 11.638)	54	17	GRAY, S. J	26
8	IASB	52	18	CORRAR, L. J	25
9	BRASIL (lei 6.404)	50	19	PONTE, V. M	21
10	BARTH, M. E	44	20	MARION, J. C	20
TOTAL					996

Fonte: Dados de pesquisa (2020)

Com base na tabela 3, é possível determinar os autores que formaram uma base que serviu de arcabouço e influência na produção científica sobre Patrimônio Líquido no Brasil, concentrando 14,7% do total de 6.486 referências analisadas. Os professores Sérgio de Iudícibus e Eliseu Martins foram os autores referenciados, considerando suas diversas obras que incluem, além de artigos, livros de teoria e manuais de contabilidade aplicada. As referências de dispositivos normativos, tais como os Pronunciamentos Técnicos do CPC (segundo mais referenciado), as normas do IASB e a Lei das Sociedades Anônimas (6.404 e 11.637) também se destacam. Foi possível perceber também uma predominância de referências nacionais numa maior proporção que os dados gerais, neste grupo dos mais referenciados (14 dos 20 autores). E dentre os 16 autores pessoa física, apenas 03 são do gênero feminino (posições 10^a, 14^a e 19^a), evidenciando que as pesquisadoras ainda não ocupam o mesmo espaço referencial nos estudos sobre PL.

Por fim, A análise do conteúdo dos artigos, revelou diversidades de subtemas, que após minuciosa análise, foram categorizados em 15 grupos e ocorrências, a saber: Análise Financeira (102), *Value Relevance* e Evidenciação Contábil (19), Normas Contábeis (18), Estrutura de capital (8), Governança corporativa (8), Intangibilidade (7), Valor justo e *Impairment* (5), Avaliações contábeis (5), Sustentabilidade Financeira (4), Lucros e Política de Dividendos (3), Mercado de capitais (2), Avaliação de Empresas (2), Arrendamento Mercantil (2) e Investimento e fundos de investimento (2). Estes achados corroboram com a dinâmica apontada na seção 2.1 deste artigo, na qual se observa que o patrimônio líquido está associado com os resultados das entidades, assim como a sua elaboração está ligada a legislação em vigor e suas modificações.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo era analisar o desenvolvimento da produção acadêmica sobre a temática patrimônio líquido nos periódicos de contabilidade nacionais listados na ANPCONT e presentes no SPELL, utilizando como amostra, um total de 187 artigos que contemplaram o período de 1999 até maio de 2020.

Procurando-se responder ao problema de pesquisa e alcançar o objetivo geral observou-se inicialmente que a evolução da publicação não ocorre de maneira uniforme ano a ano, embora se perceba um maior volume de publicações no período 2010-2020 em comparação com 1999-2009, inclusive com médias anuais que saltaram de 3,91 para 13,09.

Em atenção ao primeiro objetivo específico, observou-se que os 187 artigos foram produzidos por 415 autores, sendo que 77 destes estiveram presentes na autoria de dois artigos ou mais (totalizando em 537 autorias), inclusive, os artigos com 3 autores foram os mais frequentes na amostra, representando 34,22% do total. A título de comparação, os artigos com apenas um autor, representaram 8,56% da amostra. Os dados revelaram também que as 537 autorias dos 187 artigos foram originadas de 83 instituições, sendo 22 delas (26,5%) são responsáveis por 80,45% das autorias, com destaque 7 universidades (USP, FURB, UFMG,

UFC, UFRJ, UFSC e UFU) respondem por mais da metade das autorias (50,7%) corroborando com a percepção de que existe forte concentração na distribuição de autorias em artigos sobre PL publicado em periódicos contábeis brasileiros. Por sua vez, na distribuição por gênero, observa-se predominância de autorias masculinas (63,50%), porém, a curva de produção feminina se aproxima da masculina em 2016 e a ultrapassa em 2018, apontando uma tendência de inversão na característica de gênero nos artigos publicados sobre PL, tendência que pode ser observada também entre os 11 autores mais prolíficos, com presença 54,5% de autores e 45,5% de autoras, sendo o pesquisador Roberto Carlos Klann e de maior produção, com 10 artigos publicados. Observa-se também entre esse grupo de pesquisadores, uma maior dispersão entre as instituições de filiação (10 universidades: 04 do Sudeste e 03 do Nordeste e Sul).

Para atender ao segundo objetivo específico, o estudo identificou concentração da produção sobre PL no conjunto de periódicos estudados, sendo que que 7 dos 24 (29,2% do total) publicaram mais da metade do total de artigos (50,27%), com destaque para Revista Universo contábil, que com 19 artigos publicados, representando 10,16% do total. Curiosamente, os três periódicos que mais publicaram artigos sobre Patrimônio Líquido estão no estrato de classificação com conceito mais elevado Qualis Periódicos da CAPES (A2).

Em conformidade com o terceiro objetivo específico, identificou-se que os 187 artigos utilizaram 6.486 materiais referência, com média de 34,7 por artigo e predominância de bibliografia nacional (53,64%) ante 46,36 de literatura internacional. As 20 referências mais adotadas, que formam a base do arcabouço teórico das produções sobre PL no Brasil, representam 14,7% de seu total, sendo os professores Sérgio de Iudícibus e Eliseu Martins os autores referenciados, com destaque também para os dispositivos normativos, tais como os Pronunciamentos Técnicos do CPC, normas do IASB e a Lei das Sociedades Anônimas.

Por fim, a categorização dos assuntos abordados nos artigos analisados destacou a temática da Análise Financeira, com 102 ocorrências, como a mais relevante, seguida por *Value Relevance* e Evidenciação Contábil (19 ocorrências), Normas Contábeis (18 ocorrências), Estrutura de capital e Governança corporativa (8 ocorrências, cada), Intangibilidade (7 ocorrências). As outras oito categorias totalizaram 24 ocorrências.

Diante do exposto, conclui-se que apesar da pesquisa científica na temática do patrimônio líquido apresentar um aumento na quantidade artigos produzidos nos últimos dez anos, em nível nacional, ela ainda não está totalmente consolidada, apresentando lacunas sobre o tema a serem mais exploradas e apontando pontos de saturação.

Considerando a importância do desenvolvimento da pesquisa sobre produção científica contábil e o seu dinamismo, este estudo se limita pelo uso de uma única base de dados (SPELL). Sugere-se para futuros estudos, a ampliação da base, considerando-se outros periódicos contábeis e da área de administração e finanças que, por ventura, também publiquem pesquisas sobre Patrimônio Líquido, além da comparação dos resultados brasileiro com indicadores internacionais.

REFERÊNCIAS

- Alemida, J. E. F. **Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos**. 2010. 188p. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo – FEA/USP, São Paulo, 2010.
- ALMEIDA, M. C. **Curso de Contabilidade Introdutória em IFRS e CPC**. São Paulo: Atlas, 2014.
- ALVARADO, R. U. Elitismo na literatura sobre a produtividade dos autores. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 38, n. 2, p. 69-79, maio/ago. 2009

- ARAÚJO, Carlos Alberto. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Revista Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11-32, jan./jun. 2006.
- ARAÚJO, T. V.; BESEN, F. G.; FERREIRA, W. C.; SERAFIM JUNIOR, V. Reconhecimento Bibliométrico dos Macrotemas Contábeis. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v. 24, n. 1, p. 39-55, 2019.
- BALANCIERI, Renato. **Análise de redes de pesquisa em uma plataforma de gestão em ciência e tecnologia: uma aplicação à plataforma Lattes**. 2004. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, 2004
- BRASIL. **Lei n. 4.728, de 14 de julho de 1965**. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4728.htm>. Acesso em: 05 mai. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 6.385, de 7 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6385.htm>. Acesso em: 05 mai. 2020.
- BRASIL. **Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm>. Acesso em: 03 jun. 2020.
- BRASIL, **Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007**. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111638.htm>. Acesso em: 11 jun. 2020.
- BOLSA, BRASIL E BALCÃO. **Dados operacionais março/2020**. São Paulo, mar. 2020. Disponível em: <<https://acionista.com.br/wp-content/uploads/2020/04/b3-dados-operacionais-marco-2020.pdf>> . Acesso em: 08 mai. 2020.
- CAMBRIA, M. **O impacto da primeira adoção das normas IFRS nas empresas européias químicas e de mineração: pesquisa descritiva**. 2008. 130p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamentos de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CARDOSO, R. L.; MENDONÇA NETO, O. R.; RICCIO, E. L.; SAKATA, M. C. G. Pesquisa Científica em contabilidade entre 1990 e 2003. **Revista de Administração de Empresas**, 45(2), 43-55, 2005.
- CLARIVATE ANALYTICS. **Research in Brazil: A report for CAPES by Clarivate Analytics**. dez. 2017. Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/diversos/17012018-CAPES-InCitesReport-Final.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2020.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM. **Instrução CVM 567 de 17 de setembro de 2015**. Disponível em <<http://www.cvm.gov.br/legislacao/instrucoes/inst567.html>>. Acesso em jul de 2020.
- CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução CFC Nº 1.055/05**. Disponível em:<http://static.cpc.aatb.com.br/Imagens/Res_1055.pdf?_ga=2.209033045.679683114.1589290408-1724263141.1589290408&_ga=2.209033045.679683114.1589290408-1724263141.1589290408> . Acesso em: 06 mai. 2020.

- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro**. Brasília, nov. 2019. Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf)> . Acesso em: 05 mai. 2020.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. **A história do mercado de capitais. Rio de Janeiro**. Disponível em: <https://www.investidor.gov.br/menu/Menu_Academico/O_Mercado_de_valores_mobiliarios_brasileiro/Historia_Mercado-Capitais.html> . Acesso em: 05 mai. 2020.
- COSTA, A. R. R.; ALVES, A. T. Auditoria na literatura internacional: conclusões para a base Scopus, de 2002 a 2015. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 18, n. 1, p. 38-51, 2017.
- DE LUCA, M. M. M.; GOMES, C. A. S.; CORRÊA, D. M. M. C.; DOMINGOS, S. R. M. Participação feminina na produção científica em contabilidade publicada nos anais dos Eventos Enanpad, Congresso USP de Controladoria e Contabilidade e Congresso ANPCONT. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 5, n. 11, art. 8, p. 145-164, 2011.
- GELBCKE, Ernesto Rubens. DOS SANTOS, Ariovaldo. IUDÍCIBUS, Sérgio de. MARTINS, Eliseu. **Manual de Contabilidade Societária - aplicável às demais sociedades**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
- GONZALES, A.; SANTOS, A. D. Percepção dos Docentes de Contabilidade Perante as Alterações do Patrimônio Líquido. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 37, n. 2, p. 67-87, 2018.
- LEAL, R. P. C; OLIVEIRA, J.; SOLURI, A. F. Perfil da pesquisa em finanças no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 1, p. 91-103, 2003
- IUDÍCIBUS, Sergio de. **Teoria da Contabilidade**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MARTINS, Gilberto de Andrade. Falando sobre teorias e modelos nas Ciências Contábeis. In: IV Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, **Anais...** 2004. Disponível em <<https://congressousp.fipecafi.org/anais/artigos42004/75.pdf>> Acesso em jul 2020.
- NYAMA, J. K. SILVA, C. A. T. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 2011.
- PAO, Miranda Lee. Concepts of information retrieval. Englewood, Colorado: **Libraries Unlimited, Inc.**, 1989. 285 p.
- PRITCHARD, A. Statistical bibliography or bibliometrics? **Journal of Documentation**, v. 25, n. 4, p. 348-349, Dec. 1969.
- REIS, Tiago. **Mercado de capitais: entenda como funciona esse sistema**. São Paulo, dez. 2017. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/mercado-de-capitais-conceito/>> . Acesso em: 08 mai. 2020.
- ROSA, A. F.; MENDES, A. C. A.; TEIXEIRA, G. M. A.; MARTINS, S. Earnings Management no Brasil: uma análise sob a perspectiva sociométrica e bibliométrica. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n. 4, p. 189-218, 2010.
- SANTOS, D. F. L. D.; SIQUEIRA, L. S. Capital de Giro: Uma Revisão Sistemática da Literatura Nacional e Internacional. **Pensar Contábil**, v. 22, n. 77, p. 4-13, 2020.
- TOMACHEVSKI, E.; LEPCHAK, A. O Estado da Arte da Contabilidade Gerencial no Brasil: Um Comparativo com Resultados Internacionais Contemporâneos. **Enfoque Reflexão Contábil**, v. 38, n. 1, p. 15-31, 2019.
- TOSTES, Fernando. **Patrimônio Líquido**. In: Estudando Teoria da Contabilidade. RIBEIRO FILHO, José Francisco. LOPES, Jorge. PEDERNERIAS, Marcleide (organizadores). São Paulo: Atlas, 2009.
- VANTI, N. A. P. Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento. **Revista Ciência da Informação**, v. 31, n. 2, p. 152-162, 2002.